

# Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## “Operação Amarra Tarcísio”

A colocação de Tarcísio de Freitas na coordenação da campanha do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao Palácio do Planalto, fora do período eleitoral oficial, foi sob encomenda para evitar novas investidas em favor da troca do candidato conservador à Presidência da República. É que um grupo de potenciais aliados do filho 01 ainda tinha esperanças de ver o governador de São Paulo como o nome dos bolsonaristas. Agora, as esperanças estão enterradas.

## Enquanto isso, na Faria Lima...

A turma do mercado financeiro que apoiou Jair Bolsonaro nas duas últimas eleições tem dito, em conversas reservadas, que está com Flávio e não abre. O que querem é derrotar o PT.

## ... há dúvidas e soluções

A indicação de muitos ali é de que dinheiro não faltará na campanha do filho 01 ao Planalto. O receio, porém, é a imagem de “filhinho de papai”. Por enquanto, esse ponto ajuda por causa do ex-presidente. Mas, para vencer, precisa ampliar e esse perfil pode atrapalhar.

## Onde mora o perigo

Afinal, a candidatura pode terminar vista como um “capricho” da família, que não aceitou Tarcísio, que tem experiência de gestão. Algo que Flávio não tem.

# CPI do Master é o único caminho

Com a decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, de suspender a quebra de sigilo da Maridt Participações, empresa dos irmãos Dias Toffoli, a alternativa dos senadores que desejam investigar o caso Master é ampliar a pressão pela CPI sobre o banco, nem que seja recorrendo ao STF para conseguir esse objetivo. É que tudo indica que será muito difícil uma das CPIs em curso, seja no Senado, seja na Câmara ou mista, ter acesso à integralidade do material a respeito do ex-banqueiro Daniel Vercaro e de outros investigados. Ainda que o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) tenha anunciado que irá recorrer da deliberação de Gilmar, a avaliação de muitos é de que só uma CPI específica terá sucesso.

» » » »

**Por falar em direito...** Na visão de especialistas em direito constitucional, a decisão de Gilmar foi acertada. “Caso, no curso da apuração, surjam indícios de novos fatos ou condutas distintas, o caminho adequado é a abertura de procedimentos próprios e autônomos, e não a ampliação indefinida da investigação original. Esse cuidado preserva a legalidade dos atos investigativos e evita que o inquérito se transforme em instrumento genérico e sem limites”, defendeu o advogado constitucional Ilmar Muniz.



## CURTIDAS



**Celina que se cuide/** As anotações de Flávio Bolsonaro na reunião do PL vazaram no mesmo dia em que Ibaneis Rocha (MDB) afirmou à coluna *Eixo Capital*, de Ana Maria Campos, que não se sente traído pelo PL ao lançar chapa pura ao Senado. O filho 01 escreveu que se o governador do Distrito Federal for candidato ao Senado, não dá para “oficializar” com Celina Leão **(foto)** ao GDF.

**Pior momento/** O vazamento das anotações do pré-candidato ao Planalto veio no pior momento. Agora, tem muita gente desconfiada de que não terá apoio de Flávio e, se brincar, cruzará os braços na campanha presidencial.

**Carreira solo/** Não é pequeno o número de deputados que pretende fazer sua própria campanha, deixando de lado os presidenciais. Por enquanto, a ordem é cada um por si, divulgando nas bases eleitorais as famosas emendas ao Orçamento.

**Aproveita a onda/** O que anima os senadores para investir na CPI do Master é o fato de o ministro relator do caso no STF, André Mendonça, ter liberado o acesso à documentação relativa à CPMI do INSS. Se foi benevolente numa situação, tende a ser na outra.

## CRIME ORGANIZADO

# PF indicia presidente da Alerj

Inquérito enviado ao STF aponta suspeitas de organização criminosa, obstrução de investigação e tráfico de influência no Rio de Janeiro

» AMANDA S. FEITOZA

A Polícia Federal finalizou o inquérito em que o presidente afastado da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Rodrigo Bacellar (União), e o ex-deputado estadual Thiego Raimundo de Oliveira Santos, o TH Joias, são suspeitos por suposto envolvimento em um esquema de tráfico de influência e interferência institucional no estado. O relatório foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), onde ficará sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes.

Segundo a PF, os investigados teriam atuado em articulações que envolvem organização criminosa, obstrução de investigação e favorecimento pessoal. Caberá ao STF analisar o material e decidir sobre os próximos passos do caso. Eles são apontados como braço político da facção Comando Vermelho (CV).

Além de Bacellar e TH Joias, também foram indiciados Flávia Judice, Jéssica Santos e Thárcio Salgado, identificado como ex-assessor parlamentar. De acordo com a investigação, este último teria exercido o papel de operador financeiro em um contexto apurado de ligação com a facção criminosa.

O desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), Macário Judice Neto, que chegou a ser preso durante as apurações, não foi formalmente indiciado. A PF informou que a Lei Orgânica da Magistratura impede o indiciamento de magistrados na fase policial. A situação dele será analisada pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

O inquérito reúne interceptações telefônicas, quebras de sigilo bancário e telemático, imagens de câmeras de segurança e dados extraídos de celulares. Segundo a

Reprodução/Redes sociais



TH Joias (E) teria sido informado por Rodrigo Bacellar (D) de que seria alvo de operação da Polícia Federal por envolvimento com facção criminosa

PF, as provas apontam para a existência de articulações entre agentes políticos e integrantes do Judiciário fluminense, além do uso de linhas telefônicas registradas em nome de terceiros para ocultar comunicações.

Também foram apreendidos documentos no gabinete de Bacellar. Entre o material, há registros de pedidos atribuídos a congressistas e indícios de manobras para ocultar movimentações financeiras. A investigação ainda aponta possíveis

tentativas de uso da estrutura pública para fins eleitorais e interesses pessoais.

## Entenda o caso

TH Joias foi detido em 3 de setembro por tráfico de drogas, corrupção e lavagem de dinheiro. Ele é suspeito de negociar armas — como fuzis — e equipamentos antidrones para o CV e de usar o mandato para favorecer a facção criminosa.

A suspeita de vazamento da Operação Zargun foi levantada

pelo procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Antonio José Campos Moreira, no dia da prisão de TH Joias. Naquele mês, ele anunciou a abertura de investigação sobre possível vazamento de informações da operação, após indícios de tentativa de fuga e destruição de provas. As investigações da Operação Zargun identificaram um esquema de corrupção envolvendo a liderança do CV no Complexo do Alemão e agentes políticos e públicos, incluindo um delegado da PF, policiais militares e TH Joias.

A organização, segundo a PF, se infiltrou na administração pública “para garantir impunidade e acesso a informações sigilosas, além de importar armas do Paraguai e equipamentos antidrone da China, revendidos até para facções rivais”.

## Unha e carne

Rodrigo Bacellar foi preso em 12 de dezembro pela PF, no âmbito da Operação Unha e Carne. A ordem de prisão foi expedida

pelo ministro Alexandre de Moraes, relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635, a chamada “ADPF das Favelas”. De acordo com o magistrado, os federais argumentaram que Bacellar orientou TH Joias na “remoção de objetos de sua residência”, indicando um envolvimento direto “no encobrimento do investigado à atuação dos órgãos de persecução penal”.

O ex-presidente da Alerj renovou o pedido de licença do mandato e da função de comando do Poder Legislativo fluminense. Ele estava à frente da Assembleia desde 2023, mas pediu afastamento do cargo em 10 de dezembro do ano passado. Nesse período, chegou a ocupar interinamente o cargo de governador na ausência do titular Cláudio Castro (PL).

Cinco dias depois da prisão, o plenário da Alerj decidiu, por 42 x 21, pela soltura de Bacellar. “Em relação ao presidente da Assembleia Rodrigo Bacellar, inexistente qualquer elemento probatório para pretender lhe imputar qualquer participação em ilicitude e ou vazamento, ao contrário, só há ilações desamparadas. Dessa forma, arbitrário e abusivo o indiciamento efetivado, realizado muito mais para justificar a ação adotada da Autoridade Policial, do que respaldada em elementos sérios e comprometedores”, declarou o advogado criminalista Daniel Leon Bialski, que defende o ex-presidente da Alerj.

Bacellar era apontado como o nome que Cláudio Castro apontaria para disputar, com seu apoio, o Palácio Gunabara, em outubro. O ex-presidente da Alerj concorreria ao cargo como representante do bolsonarismo, mas a possibilidade de envolvimento com o CV fez com que fosse abandonado na disputa eleitoral. **(Com Agência Estado)**